

**QUANDO SER JORNALISTA ESTÁ ACIMA DE SER MULHER: NOTAS
SOBRE A ATUAÇÃO FEMININA NO TELEJORNALISMO ESPORTIVO DE
IMPERATRIZ (MA) - BRASIL**

Michelly Santos de Carvalho¹
Regysane Botelho Curtim Alves²
Thaise Marques da Silva Torres³

Resumo

Este é um estudo sobre a desigualdade de gênero enfrentada por mulheres jornalistas em coberturas de pautas esportivas, pois essa ainda é uma área de atuação profissional hostil à presença de mulheres. Realizamos uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, com pesquisa de campo, na qual entrevistamos jornalistas de televisão da cidade de Imperatriz, no Maranhão, com o objetivo de analisar o discurso dessas mulheres sobre seu trabalho na cobertura de pautas da editoria de esporte. Os dados coletados foram analisados utilizando os aportes da Análise de Discurso Crítica e revelaram que as profissionais constroem um discurso que evidencia sua competência profissional, mas realiza um apagamento da sua identidade como mulher.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica. Mulheres Jornalistas. Desigualdade de Gênero. Assédio. Jornalismo Esportivo.

**WHEN BEING A JOURNALIST IS ABOVE BEING A WOMAN: NOTES
ABOUT WOMEN'S PERFORMANCE IN SPORTS TELEJOURNALISM IN
IMPERATRIZ (MA) - BRAZIL**

Abstract

This is a study on the gender inequality faced by women journalists in coverage of sports, as this is still an area of professional activity hostile to the presence of women. We conducted qualitative exploratory field research, in which we interviewed television journalists from the city of Imperatriz, in Maranhão. The aim was to analyse the discourse of these women about their work in covering sports news. The collected data were analyzed using the contributions of the Critical Discourse Analysis and revealed that the professionals build a discourse that highlights their professional competence, but performs an erasure of their identity as women.

Keywords: Critical Discourse Analysis. Women Journalist. Gender Inequality. Harassment. Sports Journalism.

¹ Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho (Portugal). Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (Imperatriz – MA), Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudo, Pesquisa e Extensão em Comunicação, Gênero e Feminismos – Maria Firmina dos Reis, Membro da Coordenação Colegiada da Rede Brasileira de Jornalistas e Comunicadoras com Visão de Gênero e Raça (RIPVG – Brasil). ORCID < <https://orcid.org/0000-0002-4319-7400>>. E-mail: michelly.carvalho@ufma.br

² Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília (2017). Professora de língua portuguesa e língua inglesa da Universidade Federal do Maranhão. ORCID <<https://orcid.org/0000-0003-1673-1>>. E-mail: regysane@gmail.com

³ Graduada em Comunicação Social / Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão. ORCID < <https://orcid.org/0000-0002-8224-6236> >. E-mail: thaisemtorrestt@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A exclusão das mulheres de práticas esportivas é algo que remonta aos primórdios das Olimpíadas e somente a partir do século XX sua inserção no esporte começou a ser gradativamente aceita. Entretanto, ainda há muito a se conquistar e barreiras, antes intransponíveis, a romper, principalmente porque o esporte de maneira geral tem demarcado a masculinidade como a padronização do bom desempenho. Na área esportiva, características como força, habilidade, resistência, velocidade e amadurecimento muscular são reconhecidas como essencial e exclusivamente masculinas; já o feminino associa-se à flexibilidade, suavidade e agilidade.

O descompasso entre a aceitação e a valorização da atuação feminina no esporte profissional pode ser exemplificado por um caso próximo e atual no Brasil: Marta Silva, artilheira e atacante da seleção feminina brasileira, eleita seis vezes a melhor jogadora do mundo, foi considerada a maior futebolista de todos os tempos. Contudo, o reconhecimento é pequeno em comparação aos atuais e ex-jogadores de futebol, como Pelé, Zico, Ronaldinho, Neymar ou Kaká, por exemplo, os quais foram superados pela jogadora em títulos usando a camisa da seleção, ao ser considerada desde 2015 a maior artilheira da história da seleção brasileira, entre homens e mulheres, com um total de 110 gols, bem como a pessoa com maior número de gols, novamente entre homens e mulheres, em Copas do Mundo.

As diferenças não se limitam apenas aos títulos e avançam as fronteiras das habilidades esportivas. De acordo com os números publicados pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em 2017, os jogadores da seleção masculina de futebol receberam da Confederação Brasileira de Futebol, a CBF, cerca de R\$ 500 por dia, enquanto as mulheres receberam metade desse valor, R\$ 250.

O esporte como espaço de interdição feminina também atinge profissionais do jornalismo, que enfrentam desafios para trabalhar em coberturas de eventos esportivos simplesmente por serem mulheres. Assim, esta pesquisa se interessa por esse cenário e questiona: Quais dificuldades e motivações jornalistas mulheres vivenciam na cobertura de pautas esportivas nas redações e na cobertura externa? Como repórteres de telejornalismo de Imperatriz-MA representam seu trabalho na cobertura de pautas da editoria de esporte?

Desse modo, a investigação se situa em uma discussão mais ampla sobre a igualdade de participação da mulher na prática jornalística, que ocorre em consonância com o processo mundial de luta pela desmistificação do sexo feminino como frágil e pela garantia de direitos igualitários a mulheres em todos os espaços. Essa discussão se faz necessária, porque os

avanços no que diz respeito à igualdade de gênero, ocorridos após imensas lutas dos movimentos feministas, visíveis em todos os segmentos da sociedade, no Brasil e no mundo, ainda não alcançaram níveis satisfatórios.

No que diz respeito ao reconhecimento do trabalho jornalístico exercido por mulheres, nas redações brasileiras, continuam a ocorrer casos de preconceito e discriminação, o que foi comprovado em pesquisa da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI, 2017) e da Gênero e Número, em parceria com a *Google News Lab*. Os achados desse estudo apontaram que a maioria das jornalistas já vivenciou ou presenciou situações desfavoráveis às mulheres no exercício de seu trabalho. Ana Maria de Moraes (2018), em sua dissertação de mestrado, a partir do depoimento de 20 jornalistas, mostrou que, independente da geração, as mulheres que se destacaram no jornalismo trabalham exaustivamente e exigem muito de si mesmas e, ainda assim, não conseguem reconhecimento. É paradoxal, mas, segundo a pesquisa, quando rígidas, são consideradas estressadas e mal-amadas; quando atuam de forma mais flexível, não têm sua autoridade respeitada.

Isso sem contar a eterna luta contra estereótipos de beleza, que padronizam perfis e estabelecem as características consideradas ideais para que uma jornalista esteja, por exemplo, à frente de uma transmissão televisiva. Nesse espaço de atuação jornalística, a maioria das mulheres se destaca por ser branca, magra e ter cabelos assentados, conforme afirma Goldenberg (2005). Desconstruir a representação da mulher segundo padrões corporais associados a ideais de beleza é parte do processo de luta contra desigualdades e no jornalismo isso se torna mais significativo, pois a imagem da profissional muitas vezes torna-se mais relevante do que apresentar postura ética, realizar boa apuração dos fatos junto a fontes confiáveis e elaborar textos de qualidade, características da profissão e não da mulher no exercício da profissão.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar o discurso das mulheres jornalistas, no âmbito do telejornalismo, em Imperatriz - MA, sobre seu trabalho na cobertura de pautas da editoria de esporte. Como objetivos específicos, têm-se: a) compreender o processo de inserção das mulheres no telejornalismo esportivo e sua construção como jornalista esportiva; b) identificar as dificuldades e motivações dessas profissionais para realizarem seu trabalho nessa área específica; e, por fim, c) analisar como elas representam preconceitos que vivenciem dentro e fora das redações durante a cobertura de pautas esportivas.

Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa de caráter qualitativo, de cunho exploratório, com aplicação de entrevistas semiestruturadas a jornalistas mulheres atuantes na cobertura de

pautas esportivas na mídia televisiva da cidade de Imperatriz - MA. Os dados coletados foram analisados utilizando a Análise de Discurso Crítica na perspectiva de Fairclough (1997; 2001; 2003) que entende e analisa o discurso como texto, prática discursiva e prática social.

2. PAUTANDO GÊNERO NO JORNALISMO: A FEMINIZAÇÃO DAS REDAÇÕES BRASILEIRAS

No contexto global, a imprensa feita por mulheres tem seu início ainda no século XIX com periódicos que discutiam o direito à educação, a mudança de costumes e a participação feminina na política (ROCHA; WOITOWICZ, 2017). A luta por direitos, segundo as autoras, especialmente no que toca à participação nas decisões políticas por meio do voto, e essas primeiras experiências jornalísticas lançam os fundamentos para uma posterior imprensa declaradamente feminista.

No Brasil, é possível observar uma expressiva atuação feminina na imprensa ainda no século XIX. A pesquisadora Constância Lima Duarte, no livro *Imprensa feminina e feminista no Brasil - século XIX* (2016), observou uma significativa participação de mulheres na imprensa do país naquele período, com 143 títulos de revistas e jornais femininos e feministas. Contudo, como pondera a própria autora, esses periódicos “devem representar a ponta de um iceberg, porque muitos outros devem ter existido e se perderam por falta de conservação ou interesse” (DUARTE, 2017, p. 99). A autora chama a atenção para o fato de haver uma multiplicidade de títulos e um amplo alcance dos periódicos em âmbito nacional, de modo que “esta imprensa tensionou a opinião pública não só no centro, como também nas periferias; circulou no litoral, no interior, na metrópole e nas mais afastadas províncias” (DUARTE, 2017, p. 99).

Esses periódicos tratavam especialmente de temáticas ligadas à moda, à culinária e aos cuidados domésticos, mas havia também espaço para a problematização da condição da mulher na sociedade (DUARTE, 2016, 2017; ROCHA; WOITOWICZ, 2017; PINTO, 2003). Conforme Pinto (2003), as mulheres que criavam e lideravam tais publicações eram excepcionais, geralmente vinham de famílias de cultura e condição financeira acima da média e recebiam uma educação sólida, que, por vezes, ocorria fora do país. Entretanto, essas publicações ocorriam principalmente porque não estavam no centro do debate, ou seja, ocupavam as franjas da sociedade:

[...] não se constituíram nos assuntos que pautavam as preocupações das elites políticas e culturais da época. Entretanto, de outra sorte, é necessário prestar

muita atenção a esse tipo de manifestação, pois ele aponta para a existência de um incipiente movimento de construção de espaços públicos na sociedade brasileira e, no caso, por parte de pessoas que estavam completamente excluídas do campo político e das atividades públicas (PINTO, 2003, p. 33).

Sobre esse assunto, Duarte (2017) menciona que, na década de 1850, no Rio de Janeiro, surgiu *O Jornal das Senhoras*, editado por Joana Paula Manso de Noronha (1819-1875). Esse periódico circulou ao longo de quatro anos com alguma expressividade, tendo como objetivo contribuir “para o melhoramento social e a emancipação moral da mulher” (DUARTE, 2017, p. 100). A bandeira desse impresso era a instrução das meninas e seu público-alvo, a mulher, mas também os homens. Isso porque a ideia era convencê-los a aceitar e, até mesmo, apoiar a nova perspectiva que eram apontadas para as jovens naquele período.

No século seguinte, é possível observar, entre 1930 e 1970, a entrada gradativa de mulheres nas redações jornalísticas. A primeira repórter mulher do Brasil foi Margarida Izar. Saía pela manhã, com ou sem fotógrafo, e trabalhava pra conseguir a manchete do jornal (RIBEIRO, 1998). Conforme José Hamilton Ribeiro (1998, p. 40), “Margarida enfrentava qualquer assunto, buscava o furo, a exclusividade. Tinha também um forte sentimento de solidariedade e um gosto pela participação política (...)”. De acordo com o autor, antes de Margarida, as mulheres ocupavam nas redações apenas as secções de culinária, suplementos femininos e assuntos domésticos.

Contudo, somente a partir de 1970 começa a acontecer uma consolidação feminina no mercado de trabalho jornalístico brasileiro, algo que não foi exclusivo desse meio. Segundo Alzira Abreu e Dora Rocha (2006), esse fenômeno acompanha uma tendência global, pois outras profissões ligadas às áreas de medicina, arquitetura, direito e pesquisa científica, até então exclusivamente masculinas, passaram a observar uma expressiva entrada de mulheres.

Se, pelo censo de 1950, as mulheres representavam 15,6% da população economicamente ativa, em 2002, de acordo com os dados do Pnad, esse percentual atingiu 43%. O nível de escolaridade das mulheres é superior ao dos homens, o que é um outro dado importante para a explicação do aumento da participação feminina no jornalismo (ABREU; ROCHA, 2006, p. 9).

No domínio da feminilização da imprensa brasileira, a conquista lenta comprovou que a permanência da mulher no setor tem ocorrido em meio a muitos preconceitos e, por isso, é marcada por persistência, dedicação, vocação e paixão pelo trabalho. Como destaca Isabel Travancas (1992, p. 76), “quem vai trabalhar em jornal tem de gostar muito da profissão, ter prazer em exercê-la e pendor para a sua prática; se for só para ganhar a vida, há outras profissões

com remunerações bem mais gratificantes”. Por seu turno, Paulo Vinícius Coelho (2003) afirma que a paixão pelo fazer não determina a execução de um bom trabalho, mas o conjunto contribui para o bom desempenho da obra.

Apesar das adversidades, a atuação feminina em um espaço que o senso comum entende como marcadamente masculino cresceu conforme foi se comprovando que, de fato, a capacidade e o intelecto para determinados assuntos não são inerentes ao sexo. Na verdade, constata-se que a falta de mulheres nesses espaços é resultante principalmente das poucas oportunidades e do preconceito contra o trabalho delas.

Mesmo com todos os avanços da sociedade brasileira e internacional no que toca ao reconhecimento do trabalho jornalístico exercido por mulheres, ainda existe muito preconceito e discriminação nas redações. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) e a organização Gênero e Número realizaram uma pesquisa inédita no país, com o apoio do *Google News Lab*, a fim de saber os desafios enfrentados pelas mulheres no exercício profissional. A pesquisa apontou que 73% das jornalistas que participaram da pesquisa afirmaram já ter escutado comentários e piadas de cunho sexual sobre mulheres no trabalho. O estudo destacou ainda que 64% das jornalistas que participaram da pesquisa já sofreram abuso de poder ou autoridade de chefes e fontes. Um percentual de 83,6% das jornalistas entrevistadas já sofreu algum tipo de violência psicológica dentro das redações. Já 65,7% das entrevistadas destacaram ter tido sua competência questionada ou ter visto uma outra jornalista passar por isso sendo alvo de padrões ou colegas de trabalho (ABRAJI, 2017). Assim, se para a atuação jornalística o critério de responsabilidade profissional na relação com as fontes e veracidade dos fatos já exige muito do profissional, para a mulher torna-se ainda mais desafiador.

Ana Maria de Moraes, em sua dissertação de mestrado intitulada a *Feminização do jornalismo e desigualdades de gênero no exercício da profissão em Goiânia*, defendida em 2018, investigou as implicações da feminização das redações jornalísticas e as desigualdades de gênero no exercício profissional. Ela entrevistou 20 mulheres que atuaram ou atuam na profissão em Goiânia (Brasil). O estudo mostrou que a maioria das jornalistas participantes da pesquisa consideram que as mulheres são mais cuidadosas e mais detalhistas com o que produzem, características vistas como tipicamente femininas. Entretanto, algumas delas destacam ainda que tais características são parte da construção social da feminilidade não exigidas no caso dos homens.

Outra questão visível no depoimento das entrevistadas é que, independente da geração, as mulheres que se destacaram no jornalismo exigem muito de si mesmas. No exercício de

cargos de comando, a maioria destacou que observam nas mulheres a necessidade de incorporar códigos masculinos e as que têm maior flexibilidade, característica tida como feminina, analisaram que em certos momentos não tiveram o respeito dos colegas. Assim, quando são mais flexíveis há menos respeito e quando são mais rígidas são tachadas de duronas e estressadas. Dessa forma, afirma Leite (2015), mulheres chefes que tenham atitudes e ações vistas como “naturais” nos homens sofrem preconceito porque seus pares as consideram inapropriadas para as mulheres, as quais devem ser dóceis, falar baixo e serenamente, fugindo do conflito.

Contudo, apesar da constante adversidade, a participação feminina tem crescido e se tornado cada vez mais comum na prática jornalística, incluindo a cobertura de pautas esportivas, editoria na qual, segundo Coelho (2003), até o início dos anos de 1970, era praticamente impossível ver mulheres. Esse assunto será mais bem debatido na seção a seguir.

2.1 A ATUAÇÃO DA MULHER NO JORNALISMO ESPORTIVO NO BRASIL

Segundo Regina Helena Ramos (2010), Maria Helena Rangel foi a primeira jornalista no ramo esportivo no Brasil. Esta profissional formou-se na Faculdade Cásper Líbero, nos anos 1940, e antes de se formar, em 1947, recebeu um convite para fazer parte da *Gazeta Esportiva*. Sua relação com o esporte estava intimamente relacionada ao fato de também ser atleta de arremesso de disco, vencedora na modalidade por oito anos consecutivos. Entre suas principais atuações como jornalista estão a cobertura de campeonatos de basquete e vôlei (RAMOS, 2010). Outra pioneira do ramo esportivo é Regiani Ritter, uma das primeiras repórteres de rua nesse segmento. O primeiro contato com a profissão aconteceu ao cobrir a folga de setoristas do futebol na Rádio Gazeta, no início dos anos 1980 (RAMOS, 2010).

Já no âmbito do fotojornalismo esportivo um nome relevante é o de Renata Falzoni, pioneira na área. Ela iniciou o seu trabalho nesse campo em 1979 e cinco anos depois foi convidada pela *Folha de S. Paulo* para integrar a equipe de jornalismo esportivo, cobrindo campeonatos de basquete e vôlei femininos (RUBBO; VASCONCELOS, 2009). Renata relata situações complexas ocorridas devido ao seu pioneirismo: “Eu mesma sofri preconceito por ser mulher na fotografia da *Folha de S. Paulo* e só entrei justamente porque eu era mulher e eles precisavam de uma mulher para entrar nos vestiários das atletas” (FALZONI, 2008 citado por RUBBO; VASCONCELOS, 2009, p. 5).

Soares e Michel (2009) afirmam que a aparição das mulheres no jornalismo esportivo aconteceu junto ao crescimento feminino em diversas profissões e em um momento em que o

jornalismo esportivo se consolidava como um segmento profissional. Para Bravo (2009), a inserção das mulheres nessa editoria foi conquistada graças à persistência feminina em permanecer na área, enfrentando dificuldades de reconhecimento e respeito nesse segmento.

Adriana Brum e André Mendes Capraro, no artigo “Mulheres no jornalismo esportivo: uma ‘visão além do alcance’?” (2015), entrevistaram dez jornalistas da área esportiva em Curitiba (Paraná - Brasil), para observar e compreender três campos distintos e inter relacionados: esporte, gênero e mídia, bem como as dificuldades que essas mulheres encontram no desenvolvido do trabalho cotidiano. Além disso, verificaram os procedimentos que elas utilizam para selecionar as informações que podem ser notícia. Segundo as entrevistadas, vivencia-se um momento de maior abertura à mulher no jornalismo esportivo e maior autonomia na decisão das pautas produzidas por mulheres, embora nos relatos seja observada uma significativa participação de instâncias superiores, na maioria das vezes compostas por homens, e de fatores externos, como a preferência do público e os índices de audiência (BRUM; CAPRARO, 2015). Conforme esses investigadores, ainda é baixa a reflexão sobre a igualdade de gêneros no que é publicado nos meios de comunicação sobre o esporte. As entrevistadas na pesquisa revelaram que a editoria de esportes ainda está em processo de conquista, lembrando que há bastante preconceito tanto das fontes quanto dos colegas, o que se pode verificar não apenas nessa editoria, mas nas redações de maneira geral (MORAES, 2018).

A referida pesquisa mostrou também por meio dos depoimentos recolhidos que a notícia esportiva com valor de venda para esse público específico se insere principalmente no campo do entretenimento e do espetáculo. Isso pode ser verificado principalmente no modo de produção televisivo em que vale mais uma história a ser contada do que uma matéria de fato informativa. Nesse sentido, temos que, mesmo destacando o “olhar feminino” como grande contribuição para os acontecimentos, “percebe-se que essa visão se limita ao modo de construção das narrativas dos acontecimentos esportivos, sem se estender a uma mudança no processo editorial de seleção e encaminhamento das pautas” (BRUM; CAPRARO, 2015, p. 969).

As respostas dadas pelas jornalistas sobre o modelo de notícia adotado levaram os pesquisadores a inferir que a mulher atleta quase sempre é estereotipada, em um modelo que ressalta valores como sensibilidade, beleza e fragilidade, quase sempre à sombra das competições masculinas. Nas respostas, percebemos que, além do gênero não ser uma temática que circunde as escolhas e critérios de noticiabilidade, de forma inconsciente, as entrevistadas seguem fazendo matérias e reportagens que reforçam a imagem da mulher “atleta, mas

feminina”. Essa atitude contribui para a manutenção do modelo esportivo em que a mulher constitui um corpo estranho em meio a um espaço “naturalmente” masculino (BRUM; CAPRARO, 2015, p. 969).

3. QUESTÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa que embasa este texto é de cunho qualitativo e exploratório. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para um melhor entendimento sobre o tema e para tornar possível a elaboração do referencial teórico deste trabalho. Em seguida, recorremos à técnica da entrevista semiestruturada para geração dos dados a serem analisados (MASON, 2002). Ao todo, foram entrevistadas sete jornalistas das emissoras de televisão local da cidade de Imperatriz (MA), são elas: Mirante, Difusora, Nativa e TVI, atualmente as únicas no município com caráter telejornalístico. A seleção das profissionais para a pesquisa levou em consideração a formação jornalística e a atuação no telejornalismo. Inicialmente, planejamos a realização de e entrevistas com duas profissionais de cada emissora (o que totalizaria oito jornalistas), mas como uma das profissionais em uma das emissoras pesquisadas não se disponibilizou para contribuir com a pesquisa (e lá trabalhavam apenas duas jornalistas), tivemos, assim, sete entrevistadas.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de agosto e setembro de 2019, momento da geração de dados para a pesquisa. As colaboradoras foram entrevistadas no ambiente de trabalho devido à disponibilidade e maior facilidade de encontrá-las por causa do horário de expediente. As entrevistas, realizadas individualmente, duraram entre 25 e 30 minutos e foram gravadas com o microfone do celular e armazenadas no computador. Em seguida, as falas das entrevistadas foram transcritas e as variáveis de análise, organizadas. As participantes da pesquisa foram nomeadas neste artigo como Jornalista 1 a 7, para melhor catalogação do material, bem como para resguardar a identidade de cada entrevistada.

A análise das entrevistas utilizou a metodologia da Análise de Discurso Crítica (ADC), que estuda o discurso a partir de uma concepção de linguagem como prática social (GOUVEIA, 2001) com foco nas relações de poder, trabalhando em prol da desconstrução de discursos considerados opressores (WODAK, 2003). Nesta pesquisa, utilizamos a proposta de Fairclough (1997; 2001) para quem a análise discursiva deve ser uma prática textualmente orientada, realizada em uma perspectiva tridimensional, pois compreende o discurso simultaneamente como texto, prática discursiva (produção, distribuição e consumo) e prática sociocultural.

Assim, a análise inclui duas etapas principais: a análise textual, que observa seus elementos de organização interna, trabalhando com categorias de descrição linguística; e a análise da prática discursiva e da prática sociocultural, momento em que o investigador observará o contexto situacional imediato da produção do discurso e o contexto das práticas institucionais em que o evento de produção do discurso se alicerça, bem como o seu contexto social e cultural mais amplo (RIOS, 2010), ou seja, em que se realiza a interpretação das relações entre o texto e os processos discursivos que organizam e da relação entre os processos discursivos e os processos sociais, sempre articulando essas análises a questões de hegemonia e às ideologias presentes nos contextos sociais nos quais os discursos acontecem (FAIRCLOUGH, 1997; 2001).

O modelo de análise de Fairclough (2003) é ainda organizado a partir dos significados acional, representacional e identificacional, construídos pelos discursos nas práticas socialmente instituídas. Esses significados organizam categorias que permitem observar como o discurso configura formas de agir por meio da fala e da escrita, representações que construímos do mundo, das práticas e de nós mesmos/as e formas particulares de ser. Para o significado acional, destacamos a estrutura composicional do gênero, a intertextualidade e as relações lógicas e semânticas apresentadas no texto. Já para o significado representacional, a interdiscursividade e o modo de representar aspectos do mundo (eventos, atores sociais e circunstâncias). Por fim, no significado identificacional, ressaltamos as avaliações, metáforas e identificações (FAIRCLOUGH, 2003; RAMALHO; RESENDE, 2011).

Com esse arcabouço, empreendemos a análise dos discursos encontrados nas entrevistas que realizamos com as repórteres de televisão de Imperatriz – MA sobre sua atuação profissional na cobertura de pautas esportivas.

4. COBERTURA ESPORTIVA: REPRESENTAÇÕES E IDENTIFICAÇÕES NESSE ESPAÇO

As jornalistas colaboradoras da pesquisa trabalham em editoria geral nas redes de televisão da cidade de Imperatriz e, quando fazem cobertura esportiva, normalmente têm como pautas o futebol profissional e amador da cidade. Elas relatam que há um número expressivo de mulheres nas redações telejornalísticas da cidade, cujo potencial, entretanto, é pouco explorado. Especificamente no que diz respeito ao trabalho na cobertura de eventos esportivos, algumas trazem à tona a questão da representação desse espaço como sendo destinado a

homens, ao que se opõem, afirmando que as mulheres podem gostar ou não de esporte e, como jornalistas, se destacarem na cobertura dessa editoria. A esse respeito, destacamos as seguintes colocações das jornalistas:

Mulheres são capaz de fazer esporte, a mulher, ela pode gostar de esporte como pode gostar de maquiagem, como eu gosto, ela pode gostar de novela e mesmo assim saber tudo sobre Cavalo de Aço⁴, saber tudo sobre o Fluminense e sentar numa mesa e conversar sobre escalação de time, sobre cenário econômico de time, sobre o time que vai cair e que não vai cair. Então, assim, nós podemos tudo, isso é fato. Também se a gente gostar ou não de fazer aquilo é como, por exemplo: “Ah, eu gosto de cobrir comunidade, eu gosto de cobrir esporte, eu gosto de cobrir saúde, eu gosto de cobrir factual” (Jornalista 1, informação verbal)

O esporte não é só o homem que tem que ter destaque na apresentação, assim como também a gente vê as mulheres sendo destaque em diversas práticas esportivas, então por que não uma jornalista, uma repórter, uma apresentadora? (Jornalista 2, informação verbal)

Nossa, como é quase 90% em relação à TV, eu acho que é muito satisfatório, porque tanto pelas reportagens que a gente produz aqui e pelas que eu assisto também das colegas, eu acho que não deixa a desejar em relação, se a gente for comparar com o que é produzido por um repórter (Jornalista 4, informação verbal).

Nas afirmações, percebemos que elas constroem seu discurso de defesa da legitimidade da presença da mulher nesse espaço de atuação jornalística ao afirmarem que as mulheres podem e conseguem desenvolver um trabalho de qualidade que não é inferior ao produzido por colegas homens.

Essa argumentação deixa entrever a ideia de subestimação naturalizada da atuação profissional feminina, que ganha contornos mais destacados no exercício da função no âmbito esportivo, pois encontra o discurso de que o esporte, em especial o futebol, dentro ou fora do ambiente de trabalho, não seria do interesse das mulheres que, por esse motivo, não teriam o conhecimento nem a motivação necessários para essa cobertura.

Assim, o movimento discursivo das repórteres é importante na luta por espaço social e profissional, pois, desse modo, elas agem sobre as estruturas que organizam a produção discursiva e, conseqüentemente, as práticas nas sociedades, contribuindo para a transformação de formas de ação recorrentes em uma dada sociedade (RESENDE; RAMALHO, 2013).

De todo modo, na realidade pesquisada, as profissionais afirmam que fazem pautas esportivas, porque, segundo elas, não há diferenciação na divisão das coberturas, pois todos,

⁴ Cavalo de Aço é o título dado ao time da cidade, o Imperatriz.

homens e mulheres, cobrem as pautas segundo a necessidade da emissora. Isso pode ser percebido nas declarações destacadas a seguir:

A gente trabalha tudo, então se tiver um crime e for o meu dia de trabalhar aquela pauta, eu vou fazer o crime; se for política e eu tiver uma nomeação, eu vou trabalhar política; se for esporte, eu vou cobrir um jogo de futebol (...). Então, a gente não tem aqueles editoriais, que aquele trabalha com isso, aquele outro com aquilo, não (Jornalista 7, informação verbal).

No telejornalismo, é tudo muito dinâmico, né? Então, as pautas, na verdade, elas são distribuídas de acordo com o que a produção determina [...] e isso vai determinar de acordo com o momento que você está escalado para trabalhar [...] (Jornalista 2, informação verbal).

As declarações de que não há repórteres especialistas nas editoriais ajuda a perceber que não há divisões sexistas na gestão cotidiana das coberturas nas emissoras. Então, a pergunta sobre o motivo de seu trabalho sofrer preconceito e elas serem subestimadas, especialmente na área esportiva, acaba encontrando sua resposta em questões de preconceito estrutural, segundo o qual as mulheres seriam menos capacitadas para o exercício profissional em certas áreas.

Essa visão é resultado de uma diferenciação dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres ao longo de toda a trajetória da humanidade no Ocidente, naturalizando a mulher como parte dos ambientes privados e associando o homem aos espaços públicos de atuação, como é o exercício profissional. Dessa permanente associação ao espaço privado, originou-se a representação da mulher vinculada ao lar, como a pessoa que cuida da família e realiza atividades domésticas. Discursivamente, temos que a naturalização ideológica dessa representação dificulta a inserção das mulheres nos diversos espaços de atuação profissional, pois, sendo constituído socialmente, o discurso “também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimentos e crenças” (RESENDE; RAMALHO, 2013, p. 26) que trabalham na organização das estruturas sociais.

No jornalismo, com suas características múltiplas, o preconceito sofrido pelas profissionais se agrava quando a cobertura é de áreas ou temas tradicionalmente relacionados ao “universo masculino”, como esportes e finanças. Essa construção, no caso de nossas colaboradoras, aparece em seus relatos sobre as dificuldades que enfrentam para cobrir a temática esportiva, dentre as quais destacam a falta de credibilidade, pois há uma crença de que, por serem mulheres, elas não teriam conhecimento e preparo para cobrir esporte, notadamente na cidade de Imperatriz, o futebol, como podemos verificar nas declarações a seguir:

E assim, a gente percebe a receptividade das pessoas, hoje eu faço muita pauta de esporte, então, eu, às vezes, eu chego nos lugares, eu sinto um olho meio torto, pessoas olhando assim... principalmente futebol. “Ah, mas ela vai cobrir futebol? Ela entende de futebol?” (Jornalista 1, informação verbal).

[...] Mas sempre a gente sente um pouquinho aqui, “ah, é mulher?” Algum comentário pejorativo, subestimar a competência. Inclusive, uma vez fui cobrir uma pauta de futebol e uma pessoa comentou, “Ah, a [nome] não vai saber fazer não”, isso foi bem quando eu comecei a trabalhar aqui (Jornalista 5, informação verbal).

Nesse sentido, destacamos também o seguinte trecho da entrevista da Jornalista 4, no qual ela descreve sua trajetória na cobertura esportiva:

[...] Eu fugia de esporte. Na outra emissora em que eu trabalhava, eu odiava esporte, mas quando eu tive que fazer futebol, davam para outro repórter fazer, e quando eu vim pra cá [empresa onde trabalha atualmente], devido ao meu horário, eu tinha que fazer esporte todo dia, então eu tive que aprender a fazer esporte. Não vou te dizer que hoje eu sei, porque acho que ainda tem muita coisa pra aprender nessa área, nessa questão do esporte, mas hoje eu já consigo desenrolar com mais facilidade do que no início. Eu assistindo jogo, eu ficava assim: “Meu Deus do céu!”, e hoje eu já consigo desenrolar, mas, poxa, tenho muita coisa para aprender ainda, acho que eu, mesmo assim, às vezes, eu falo aqui pros meninos, eles me ensinam muito, os editores também. Então é isso, eu acho que a gente pensa “poxa, não sei nada, não entendo nada disso aí”. A gente tem esse auto preconceito também, mas no fundo, com a prática, com o dia a dia, você vai percebendo que você é capaz. [...] (Jornalista 4, informação verbal)

Em sua declaração, ela frisa que não gostava da editoria de esporte – “eu odiava esporte” –, da qual inclusive fugia – “eu fugia de esporte”. Percebemos que esse seu não gostar se devia ao fato de não conhecer, pois afirma que teve que “aprender a fazer esporte”. O desconhecimento é algo que pode acontecer em relação a qualquer área de atuação, mas, no caso específico do esporte, ele parece ser atribuído à condição de ser mulher.

Essa interpretação se fortalece quando ela identifica seus colegas de trabalho homens – “eu falo aqui *pros meninos*, *eles* me ensinam muito, *os editores* também” – como as fontes de informações que a ajudam a trabalhar nessa área. Essa indicação revela na jornalista uma visão de que somente homens entendem de esporte e, ainda que aponte um “auto preconceito”, sua declaração nos mostra um movimento discursivo que trabalha ideologicamente por meio da diferenciação (THOMPSON, 1995) para estabelecer divisões entre o que seriam papéis masculinos e papéis femininos em nossa sociedade, pois aponta os homens como aqueles que entendem de esporte e estariam naturalmente capacitados a cobertura jornalística nessa área, e

as mulheres, como aquelas precisam aprender e têm neles a sua fonte de informação para conseguir ocupar esse lugar.

Essa fala da colaboradora nos permite perceber que o preconceito estrutural do machismo, que insiste em tentar estabelecer lugares sociais permitidos ou não às mulheres, trabalha ideologicamente mesmo nos indivíduos vítimas do preconceito, pois está presente inclusive nas crenças das próprias mulheres, que, mesmo sem ter plena consciência, reproduzem discursos que ajudam na manutenção dessa desigualdade de gênero. Isso acontece porque as ideologias que estão embutidas nas práticas discursivas são muito mais eficazes quando se naturalizam como parte do senso comum e, por esse motivo, muitas vezes, as pessoas não têm consciência das dimensões ideológicas de suas práticas em sociedade, nem de como suas construções discursivas contribuem para a manutenção da hegemonia sustentada pela ideologia que as exclui (FAIRCLOUGH, 2001).

Desse modo, a luta discursiva na construção de uma nova posição torna-se ainda mais necessária e pode ser vista inclusive na fala da colaboradora que ao “auto preconceito” opõe a seguinte constatação: “mas, no fundo, com a prática, com o dia a dia, você vai percebendo que você é capaz”. Nisso ela se alinha ao posicionamento das colegas que, apesar de demonstrarem consciência da dificuldade de estarem nesse lugar por não serem reconhecidas e respeitadas como ator social pertencente à esfera esportiva, lutam contra essa situação defendendo a sua posição profissional de jornalistas, como podemos ver nas declarações a seguir:

(...) é o seu plantão, então você recebe previamente uma pauta, mas se alguma coisa acontece você não vai deixar de fazer aquilo porque você é mulher, você é jornalista. Então você tem que ir lá ver o quê que aconteceu, fazer a reportagem, dar todo o seu profissionalismo e cumprir o seu objetivo (...)
(Jornalista 3, informação verbal).

Acho que o grande diferencial da mulher jornalista, acho que vai do profissional, se você é um profissional, gosta do que faz, procura ter dedicação e esforço no dia-a-dia, no cotidiano do seu trabalho, esse é o diferencial (...), sobretudo da mulher (...) jornalista (Jornalista 2, informação verbal).

Em sua declaração, a Jornalista 3 afirma que o fato de ser mulher não pode ser um impedimento para o exercício da profissão: “você não vai deixar de fazer aquilo porque você é mulher, você é jornalista”. Ela coloca a questão de forma assertiva e aponta uma obrigação ao usar o modalizador “tem que”: “você *tem que* ir lá ver o quê que aconteceu, fazer a reportagem, dar todo o seu profissionalismo e cumprir o seu objetivo”.

O profissionalismo é também citado pela Jornalista 2, que o classifica como o diferencial da mulher jornalista. Assim, parece haver uma busca em mostrar que naquele espaço

a identidade profissional deve, ou deveria, se sobrepor aos preconceitos sociais quanto à atuação de mulheres no jornalismo esportivo, em especial na cobertura de futebol, esporte marcadamente masculino no contexto brasileiro. Em seu discurso, as jornalistas constroem uma maior identificação com o grupo profissional do que com a individualidade de ser mulher, de modo que parece haver uma crença na necessidade de realizar um apagamento dessa identidade, que é excluída e sofre preconceito, para obter sucesso no seu contexto de atuação profissional.

A exposição ao preconceito contra as mulheres aparece quase sempre associada ao contato com fontes nas coberturas, com os torcedores e a equipe técnica dos times. Quando se encontram nos locais em que as atividades esportivas são praticadas, elas são vítimas de agressões, assédios e constrangimentos. Sobre essa questão, destacamos o seguinte trecho da entrevista da Jornalista 4:

Ah, claro! Principalmente quando a gente vai fazer futebol amador (...). Uma vez estava tentando gravar uma passagem no fim do jogo do Imperatriz. Aí passou uns torcedores, me lembro até hoje da torcida, que era o Império Vermelho, me xingaram de todo nome: vagabunda, burra, puta, essas coisas. Foi uma situação bem constrangedora, bem chata e, é comum (Jornalista 4, informação verbal).

Logo no início do trecho destacado da entrevista da Jornalista 4, encontramos uma exclamação – “Ah! Claro” – que evidencia como os constrangimentos são algo corriqueiro em sua prática de cobertura de esportes, interpretação que ela confirma, ao final do excerto, ao afirmar que situações de agressão são comuns. Essas expressões ajudam também a perceber uma naturalização dessas situações. Além disso, notamos que ela faz uma suavização desses eventos, pois o que ela caracteriza como “constrangedor e chato”, pode ser avaliado como uma agressão: “me xingaram de todo nome: vagabunda, burra, puta, essas coisas”.

A agressão de agentes externos ao ambiente de trabalho também acontece por meio das redes sociais, como declara a Jornalista 1:

Por exemplo, meu dia de apresentar esporte é na segunda-feira, então toda segunda-feira meu Instagram bomba de homem me seguindo. Semana passada deu uma confusão. Um homem era casado. Me mandou mensagem e a mulher dele veio falar comigo também. Então rola muito essas coisas que são coisas constrangedoras (...) (Jornalista 1, informação verbal).

A repórter evidencia que sofre assédio de homens que acompanham sua página de uma rede social, que ela associa a um crescimento do número de seguidores do sexo masculino (“bomba de homem me seguindo”) em um dia específico de sua aparição na televisão (“toda segunda-feira”). Ela inclusive destaca um episódio em que o assédio foi feito por um homem

casado cuja mulher “foi falar com ela”. Esse evento revela um pressuposto preconceituoso de que a mulher que se expõe, nesse caso, na televisão, pode ser alvo das investidas dos homens. Além disso, o fato de a esposa, em vez de discutir com seu marido, ter procurado a jornalista de forma não amigável – “foi uma confusão” –, mostra um comportamento cultural que culpabiliza a vítima do assédio.

Essas declarações mostram que no espaço da cobertura esportiva e mesmo do jornalismo televisivo, em que a imagem da mulher é veiculada junto com seu trabalho na divulgação de notícias, sua presença não é legitimada, pois as profissionais se tornam alvo da misoginia. Essa perspectiva acredita que mulheres são objetos para satisfazer aos homens ou são pessoas inferiores, ou seja, que elas podem ser abertamente agredidas e sua capacidade profissional pode ser naturalmente questionada fora de contextos domésticos.

Notamos, portanto, que na realidade cotidiana das jornalistas o ser mulher se sobrepõe ao ser jornalista, pois as agressões, constrangimentos e assédios descritos por nossas colaboradoras acontece por elas serem mulheres, não por serem profissionais do jornalismo. Isso justifica a construção discursiva que fazem em defesa de sua permanência nessa área que, como vimos, busca inverter essa relação colocando em evidência sua identidade profissional. Essa análise parece ganhar mais força com a declaração da Jornalista 2 que, ao estabelecer uma distinção entre preconceito e assédio, aponta o fato de que a problemática está justamente no fato de ser mulher, pois não se sente excluída ou desvalorizada profissionalmente, mas sofre agressões por sua feminilidade:

Preconceito eu nunca senti não, já teve outras situações, [...], pelo fato de ser mulher, que eu posso falar que sinto em Imperatriz, é a questão mesmo do assédio, tanto assédio sexual quanto moral também, eu já passei e tem relatos de vários colegas que já passaram, então não sei se já trataria como preconceito, como que encaixaria aí, mas o fato de uma mulher ser uma jornalista comunicativa, dedicada, às vezes “bonita ou não”, acaba tendo alguns chefes, algumas pessoas, alguns colegas de trabalho confundirem, e aí já entra essa outra questão, mas eu acho que o preconceito mesmo não, acho que tem espaço pra todo mundo e aí o profissional é que faz aí a sua carreira (Jornalista 2, informação verbal).

Apesar de sinalizarem a existência de assédio dentro das empresas, as jornalistas o fazem de forma mais cautelosa, provavelmente com vistas a proteger a face do seu empregador, como podemos perceber no excerto anterior da fala da Jornalista 2 a ressalva de que “algumas pessoas, alguns colegas de trabalho” confundem. Modalizações são uma constante nas declarações sobre a questão da igualdade de gênero nas redações:

No meu trabalho *acho que* não tem muita diferenciação não, até porque quando você é jornalista a gente tem que tá preparado para tudo o que acontece. (Jornalista 3, informação verbal, grifo nosso)

Aqui hoje no meu atual ambiente de trabalho *acho que* não tem *muito* essa questão *não*. [...] *às vezes*, acontece *um pouco* de um colega, (Jornalista 4, informação verbal, grifo nosso)

Nessa empresa que eu trabalho sim, eu *observo* que existe essa igualdade entre os gêneros [...] (Jornalista 5, informação verbal, grifo nosso).

Pelo menos aqui, eu não *percebo* que exista distinção (Jornalista 6, 2019, grifo nosso)

Acredito que sim, em termos do trabalho que a gente desempenha sim, principalmente aqui (...) (Jornalista 7, informação verbal, grifo nosso)

Apesar de apontarem a existência de respeito e igualdade de gênero nas empresas em que trabalham, todas as entrevistadas não fazem uma declaração assertiva sobre essa situação. As Jornalistas 3 e 4 modalizam suas declarações com a utilização da expressão “acho que”. A Jornalista 4, inclusive, utiliza advérbios que modificam sua afirmação, suavizando-as: “não tem muito”, ou seja, há desigualdades, mas não “muito”, que acontecem “às vezes” e “pouco”, ou seja, não são frequentes. Por seu turno, as Jornalistas 4, 6 e 7 utilizaram verbos que reforçam apenas uma percepção do fato e não uma certeza: “eu observo”, “eu não percebo” e “Acredito”.

A opção de modalizar suas afirmações, por meio dessas escolhas linguísticas e gramaticais, pode ser interpretada como uma busca por não se comprometerem com uma declaração de que enfrentam essas situações no trabalho, pois há uma relação de poder entre elas e a empresa. Assim, a atenuação das afirmações por meio da modalização diminui seu comprometimento com a verdade dessa afirmação e abre espaço para sua contestação (RAMALHO; RESENDE, 2013; FAIRCLOUGH, 2001).

Em outro momento de sua fala, a Jornalista 5 conta o seguinte sobre situações de preconceito no ambiente de trabalho:

No começo, aqui, por alguns; outros homens, sempre, mas assim, nos ambientes de trabalho, eu já trabalhei em outras emissoras, eu sempre procurei me relacionar bem, pra evitar qualquer situação constrangedora e tudo mais. [...] (Jornalista 5, informação verbal, grifo nosso)

Além de evidenciar que essa é uma situação constante, mesmo que ela cite que isso aconteceu no começo de sua carreira na empresa, ela reproduz a visão hegemônica de que a

mulher é responsável pelo tratamento desrespeitoso e mesmo agressivo que recebe dos homens, o discurso de culpabilização da vítima, pois, já consciente de que sua presença poderia não ser respeitada, ela nos informa que age preventivamente para evitar que algo aconteça: “eu sempre procurei me relacionar bem *para evitar* qualquer situação constrangedora e tudo mais”.

De modo geral, vemos que a construção identitária da mulher que é profissional do jornalismo, em especial a que faz cobertura de pautas esportivas, ainda ocorre em disputa discursiva. Com vistas a lutar contra a representação hegemônica de que “esse não é lugar de mulher”, que leva ao questionamento de sua capacidade profissional até por si próprias e à exposição dessa profissional a situações de preconceito e agressões, elas põem em destaque sua identidade profissional, mas com um apagamento de sua identidade como mulher.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve o objetivo de analisar o discurso das mulheres jornalistas, no âmbito do telejornalismo, em Imperatriz - MA, sobre o trabalho na cobertura de pautas da editoria de esporte. Os dados coletados por meio das entrevistas permitiram observar uma construção discursiva que evidencia a identidade profissional realizando um apagamento da identidade do ser mulher, haja vista que a mulher sofre preconceitos e até mesmo agressões nos ambientes de trabalho, tanto internamente nas empresas quanto nos locais onde se encontra com as fontes, principalmente, no contexto do futebol, já que a presença masculina é dominante nessa área. O discurso de que, acima de ser mulher, se é jornalista, reforça a anulação das mulheres no espaço profissional, ainda que se configure como um contra discurso que visa combater violências contra sua presença nesse mercado de trabalho.

Apesar de sinalizarem uma ausência de distinção de gênero nas distribuições das pautas feitas pela empresa, declaram que sua atuação no jornalismo esportivo é resultado de sua resistência e determinação em se especializar na área esportiva. Nesse sentido, elas se colocam contra a ideologia naturalizada segundo a qual esporte, especialmente o futebol, não é lugar de mulher, que gera pouco estímulo social para que as mulheres pratiquem esportes em geral ou trabalhem em áreas relacionadas a eles. Nesse cenário, as mulheres jornalistas precisam superar o receio de se incorporarem a ambientes tidos como essencialmente masculinos, nos quais, muitas vezes, se tornam mais vulneráveis a assédios e demais agressões sexistas.

Estudos posteriores podem ampliar o escopo desta investigação pesquisando os contextos de trabalho de jornalistas mulheres em diversos outros espaços de atuação, tais como

a cobertura de pautas econômicas ou a realidade de ocuparem a bancada de um telejornal, em Imperatriz, ou na microrregião, fazendo comparativos com outras áreas e regiões. Esse tipo de investigação pode lançar luz sobre práticas opressoras e levar a posturas reflexivas e ações efetivas que mudem contextos profissionais em que o machismo ainda está naturalizado.

REFERÊNCIAS

Abreu, A.; Rocha, D. (org). **Elas ocupam as redações**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2006.

ABRAJI; Gênero e Número. **Mulheres no jornalismo Brasileiro**. Relatório. <https://www.mulheresnojornalismo.org.br/>, 2017. Acesso em 23 jun. 2022.

Amorim, J.; Bueno, T. Mulheres jornalistas em pauta: estado da arte sobre assédio moral e sexual no Brasil. In **Revista Pauta Geral: Estudos em Jornalismo**. Ponta Grossa, v. 6, n. 2, 153-170, Jul/Dez, 2019. <https://bit.ly/35iEOuG>. Acesso em 22 mar. 2022.

Bravo, D. **Elas assumiram o comando**: as mulheres jornalistas no mundo do telejornalismo esportivo. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais, MG, 2009.

Brum, A.; Capraro, A. Mulheres no jornalismo esportivo: uma “visão além do alcance”? In **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 4., 959-971. <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115343227009.pdf>. Acesso em 18 mai. 2022.

Coelho, P. **Jornalismo Esportivo**. Editora Contexto, 2003.

Duarte, C. Imprensa feminina e feminista no Brasil: nos primórdios da emancipação. **Revista XIX**, 1(4), 95-105, 2017 <https://periodicos.unb.br/index.php/revistaXIX/article/view/21741>. Acesso em 13 mai. 2022.

Fairclough, N. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, E. R. **Análise crítica do discurso**: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. Pedro, E. R. (org.). Lisboa: Caminho, 1997.

Fairclough, N. **Discurso e mudança social**. Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

Fairclough, N. **Analysing Discourse**: textual analysis for social research. London and New York: Routledge, 2003.

Gouveia, C. Análise crítica do discurso: enquadramento histórico. In **Saberes no Tempo – Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos**. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 335-35.

Leite, A. **Profissionais da mídia em São Paulo: um estudo sobre profissionalismo, diferença e gênero no jornalismo**. 2015. 234 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

Lima, D.; Santos, W. & Tavares, C. Relações de gênero na rotina de trabalho de mulheres jornalistas: um estudo de Imperatriz e Balsas, no Maranhão. In **Revista Latino-americana de Jornalismo**. João Pessoa, Brasil, ano 6, v. 6, n. 2, 2019. <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ancora/article/view/49585/28792>. Acesso em 19 jun. 2022.

Mason, J. **Qualitative Researching**. 2 ed. London: Sage Publications, 2002.

Moraes, A. **Feminização do Jornalismo e desigualdades de gênero no exercício da profissão em Goiânia**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

Pinto, C. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003.

Ramalho, V.; Resende, V. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes, 2011.

Ramalho, V.; Resende, Viviane de Melo. **Análise de Discurso Crítica**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

Ramos, R. **Mulheres Jornalistas - A Grande Invasão**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Faculdade Cásper Líbero. São Paulo, SP, 2010.

Ribeiro, A. **Os donos do Espetáculo: histórias da imprensa esportiva do Brasil**. 1ªEd. São Paulo, SP. Editora Terceiro Nome, 2007.

Rios, G. V. **Linguagem e alfabetização de adultos: uma perspectiva crítico-ideológica**. Covilhã: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Universidade de Covilhã, 2010. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rios-guilherme-linguagem-e-alfabetizacao-de-adultos.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2020.

Rocha, P.; Woitowicz, K. O processo de feminização do jornalismo: da invisibilidade às mudanças no mercado profissional. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th **Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

Rubbo, D.; Vasconcelos, N.. A mulher jornalista na editoria de esportes. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinaridades da Comunicação. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba, PR. 4 a 7 de setembro de 2009.

Soares, C. & Michel, M. **As mulheres no Jornalismo Esportivo no Rio Grande do Sul**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009. 16p. Universidade Católica de Pelotas, UNIPEL.

Travancas, I. **O mundo dos jornalistas**. Rio de Janeiro, RJ. Summus Editorial, 1992.

Thompson, J. **Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011/1990.

Wodak, R De qué trata el análisis crítico del discurso. Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: Meyer, Michel (orgs.). **Métodos de Análisis Crítico del Discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003.

Submetido: 01/09/2022
Aceito: 22/05/2023